



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0002439-42.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo - Receptação**
 Documento de Origem: **IP - 40/2017 - 2º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **ALISON HENRIQUE FERREIRA**
 Vítima: **RONALDO ADRIANO DA SILVA**

Aos 14 de agosto de 2018, às 14:20h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz de Direito Auxiliar, Dr. EDUARDO CEBRIAN ARAUJO REIS, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu o Promotor de Justiça, **Drº Gustavo Ferronato - Promotor de Justiça Substituto**. Presente o réu ALISON HENRIQUE FERREIRA, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. **Pela defesa foi dito:** “Protesto provar a inocência do réu no curso da instrução, arrolando as mesmas testemunhas indicadas pelo MP.” **A seguir, pelo MM. Juiz foi dito:** “**Recebo** a denúncia, pois os elementos em que se funda justificam a persecução penal.” **A seguir** foi ouvida uma testemunha de acusação e interrogado o réu, sendo os depoimentos gravados por meio de sistema audiovisual. **Pelas partes foi dito** que desistiam das demais testemunhas arroladas, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **As alegações foram feitas gravadas em mídia. Em seguida, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** “VISTOS. Dispensado o relatório. A materialidade está estampada no auto de exibição e apreensão de fls. 6/7, no boletim de ocorrência de furto do objeto (fls. 20/21) e no auto de avaliação de fl. 23. A autoria também é certa, restando suficientemente caracterizada a figura prevista no artigo 180, §3º, do Código Penal, impondo-se a condenação pela receptação culposa. Interrogado na presente solenidade, o réu admitiu, em essência, a prática da infração penal que lhe é atribuída, mencionando que, efetivamente, adquiriu o aparelho de telefone celular de pessoa não identificada, aparentemente usuário de drogas, mediante contraprestação no valor de R\$100,00. A confissão harmoniza-se com os elementos amealhados em contraditório. O policial militar Adriano Luchetti confirmou que o acusado foi abordado no local apontado na denúncia, portando o aparelho de telefone celular, o qual, contatou-se, cuidava-se de produto de furto. Verifica-se a existência de desproporção entre o valor efetivo e o valor pago pelo produto adquirido pelo réu. Nesse ponto, o laudo de avaliação indireto indica que os bem vale aproximadamente R\$600,00, e foi adquirido, segundo a versão do próprio denunciado, pelo preço de R\$100,00. Além disso, a condição de quem ofereceu o produto sugeria a origem ilícita do bem. Dessa forma, impõe-se a condenação do acusado nos termos da denúncia. Passo a dosar a pena. Ausentes circunstâncias judiciais desfavoráveis, fixo a pena-base no mínimo legal, em 01 (um) mês de detenção. Reconheço em favor do acusado as atenuantes da menoridade relativa e da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

confissão espontânea, mas sem redução aquém do mínimo (Súmula 231 do STJ). Torno definitiva a pena imposta por não haver outras circunstâncias que autorizem a exasperação ou o abrandamento. Nos termos do artigo 33, §2º, alínea "c", do Código Penal, o regime de cumprimento da pena será o aberto. Ante o exposto, julgo procedente a ação penal e **condeno** o réu **ALISON HENRIQUE FERREIRA** à pena de 01 (um) mês de detenção, em regime aberto, por ter infringido o artigo 180, §3º, do Código Penal. Presentes os requisitos legais, nos termos do artigo 60, §2º, do Código Penal, **substituo** o a pena privativa de liberdade por uma de multa, na proporção de **10 (dez) dias-multa, em valor mínimo**. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotor:

Defensor Público:

Réu: